



158  
228

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**8ª CÂMARA CÍVEL**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0181026-4/01**

**EMBARGANTE:** Município de Agrestina

**EMBARGADO:** Banco Bradesco S/A

**RELATOR:** Des. Francisco Bandeira de Mello

5724  
Agrestina

**EMENTA:** EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A parte ora recorrente pleiteia seja aclarado o acórdão impugnado, alegando, em suma, que, malgrado o Município embargante tenha suscitado incidente de divergência, o *decisum* vergastado não se pronunciou sobre as questões ali argüidas, deixando de emitir juízo de admissibilidade acerca do citado incidente. 2. *In casu*, é notória a impertinência dos presentes embargos de declaração. 3. Com efeito, no referido recurso instrumental discute-se a possibilidade, ou não, do oferecimento de Letras Financeiras do Tesouro como garantia de execução fiscal. 4. Nesse passo, é de se ver que nenhuma das teses suscitadas naquele incidente de uniformização de jurisprudência guarda relação com o objeto do agravo de instrumento vinculado a estes aclaratórios, revelando-se, pois, inviável a pretensão recursal sob apreço. 5. Aclaratórios conhecidos, porém improvidos, à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração nº 0181026-4/01, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 2º de maio de 2010 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

159  
238

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0181026-4/01  
EMBARGANTE: Município de Agrestina  
EMBARGADO: Banco Bradesco S/A  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO E VOTO**

Trata-se de **Embargos de Declaração** interpostos em face de acórdão proferido (em 22/04/2010) nos autos do Agravo de Instrumento nº 0181026-4, o qual negou provimento ao agravo, nos termos a seguir ementados:

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO. LETRAS FINANCEIRAS DO TESOIRO PARA GARANTIA DE EXECUÇÃO FISCAL. ADMISSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Sobre a hipótese já se manifestou esta egrégia 8ª Câmara Cível (em processo envolvendo a instituição financeira ora agravada), posicionando-se no sentido de que *"A avaliação dos bens oferecidos à penhora deve ser analisada de acordo com a circunstância concreta, examinando-se a necessidade da constrição para fins de garantir a execução futura"* e consignando, outrossim, que *"Sendo o Bradesco uma das maiores instituições financeiras do país, e sendo certo que as Letras Financeiras do Tesouro Nacional são títulos do governo usados inclusive como principal aplicação dos bancos, não é razoável exigir que a penhora recaia necessariamente em dinheiro ou em fiança bancária"* (Agravo Regimental nº 0122066-4/01 – Recife. Órgão julgador: 8ª Câmara Cível. Relator, p/o Acórdão, Des. Francisco Bandeira de Mello, julgado em 06/11/2008). 2. As Letras Financeiras do Tesouro Nacional guardam liquidez suficiente e configuram ativo seguro para fins de se garantir a penhora sem prejuízo e risco ao crédito do Município exequente, implicando, por outro lado, numa menor onerosidade ao Banco executado. 3. Agravo improvido, para reconhecer a suficiência das Letras Financeiras do Tesouro Nacional oferecidas à penhora.

Irresignada, a parte ora recorrente pleiteia seja aclarado o acórdão impugnado, alegando, em suma, que, malgrado o Município embargante tenha suscitado incidente de divergência (fls. 225/262, dos autos principais, em apenso), o *decisum* vergastado não se pronunciou sobre as questões ali argüidas, deixando de emitir juízo de admissibilidade acerca do citado incidente.

O Município de Agrestina (suscitante) argüiu, naquele incidente – aforado em 07/04/2010 –, a existência de divergência sobre a discussão trazida a esta e. Corte, sustentando, em suma, que: (i) a exceção de pré-executividade consistiria em via processual inapropriada à impugnação de execução fiscal; (ii) o lançamento tributário discutido teria sido efetuado por homologação das informações prestadas pela parte executada perante o Sistema Nacional de Gravames e depositadas junto ao DETRAN/PE, razão pela qual somente mediante dilação probatória seria possível questionar o mencionado auto lançamento; (iii) *"considera o Banco Central como CONTROLADOR e*

DS



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

160  
228

*RESPONSÁVEL primeiro pelas atividades das CONTROLADAS a sua empresa líder, enquanto real e autêntica CONTROLADORA de toda a operação – do que se depreende como titular no pólo passivo das obrigações tributárias”; (iv) sem a oposição de embargos à execução, não se poderia condenar a fazenda pública ao pagamento de honorários advocatícios, em especial quando o executado opõe meio indireto de defesa (como exceção de pré-executividade ou exceção de incompetência).*

Junto à petição de ingresso dos presentes aclaratórios, a parte embargante trouxe duas decisões, proferidas (em 13/04/2010) em processos cuja relatoria compete ao eminente Des. Fernando Cerqueira, sustentando que entre esses pronunciamentos e o acórdão embargado estaria configurada a divergência.

É o breve relatório.

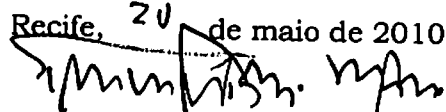
*In casu*, é notória a impertinência dos presentes embargos de declaração.

Com efeito, no referido recurso instrumental discute-se a possibilidade, ou não, do oferecimento de Letras Financeiras do Tesouro como garantia de execução fiscal.

Nesse passo, é de se ver que nenhuma das teses suscitadas naquele incidente de uniformização de jurisprudência guarda relação com o objeto do agravo de instrumento vinculado a estes aclaratórios, revelando-se, pois, inviável a pretensão recursal sob apreço.

Ante o exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porém **negos lhes provimento**.

Recife, 20 de maio de 2010.

  
Des. Francisco Bandeira de Mello  
Relator